

## ***Discurso da Ministra Ana de Hollanda na abertura da 15ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Política Cultural***

Bom dia a todas e todos presentes nesta 15ª Reunião do Conselho Nacional de Política Cultural, em especial ao Ministro Fernando Haddad, que aceitou o convite para celebrar conosco este importante dia para a Cultura brasileira.

O governo Dilma busca, entre outras coisas, aprimorar e estabelecer um processo de avanço e qualificação da gestão pública. Eu me sinto honrada em colaborar nesse processo através de um planejamento para os próximos dez anos, definindo as metas do Plano Nacional de Cultura, que é uma conquista da sociedade, representada aqui neste Conselho.

Coube a nós dirigentes do Sistema MinC, secretários, presidentes de vinculadas, técnicos, servidores e consultores parceiros especializados em gestão pública obter a partir das ações da Lei nº 12.243 a proposta de metas que agora será tornada pública – Lei essa que foi sancionada pelo então presidente Lula em 2 de dezembro de 2010, e que agora está no processo de regulamentação.

Este trabalho foi construído coletivamente, com transparência e respeitando a principal instância de consulta que é o Conselho Nacional de Política Cultural. Lembro que foi aqui que na primeira reunião deste ano, submetemos o Termo de Parceria com o Instituto Via Pública, vencedor da chamada pública, aqui representado pelo seu presidente Pedro Paulo Martoni Branco. Em seguida, realizamos uma reunião extraordinária deste Conselho, para compartilhar a metodologia e critérios para a criação das metas, o que também aconteceu com todos os colegiados setoriais.

Criamos uma Grupo de Trabalho do PNC com representantes de todo Sistema MinC, que durante quatro meses estudaram, debateram e formularam esta proposta que apresentamos agora. Foi grande a dificuldade que tivemos para levantar os números da cultura, pois as séries históricas são insuficientes para dar conta da nossa diversidade cultural. O MinC existe há 26 anos e há pouco tempo realizamos a primeira parceria com o IBGE que resultou em duas pesquisas da MUNIC, e outras pesquisas foram realizadas pelo IPEA, FGV e IBOPE. Portanto, a institucionalização desse processo de avaliação e monitoramento, que inclusive, está previsto na Lei do PNC com a implantação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, a cargo da Secretaria de Políticas Culturais, vai ser a principal ferramenta para os gestores e a sociedade poderem acompanhar e avaliar o PNC.

Mas não podemos definir as metas apenas em nossas instâncias, MinC e CNPC. Temos a obrigação de completar esse processo com a sociedade, artistas, produtores, gestores públicos e privados, pesquisadores, estudantes e agentes da cultura que durante duas Conferências Nacionais, dezenas de conferências estaduais e centenas de conferências municipais trabalharam arduamente como delegados, articulando demandas nacionais e setoriais para a cultura representadas nesse plano em 275 ações. A proposta do MinC consolida estas ações em 48 metas, que agora serão apresentadas para a sociedade.

Gostaria de justificar a presença do Ministro Haddad. Destas 275 ações, 33 estão relacionadas com a Educação e isto se reflete em 6 metas que fazem esta interface direta. Portanto, só poderemos realizar este Plano ao estreitarmos nas relações interministeriais, não só com a Educação, mas com os ministérios das Comunicações, Direitos Humanos, Turismo, Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente.

Neste momento convidamos a todas e todos para nos próximos 30 dias participarem da Consulta Pública das Metas do PNC, numa plataforma de rede social na página [www.cultura.gov.br](http://www.cultura.gov.br), onde todos poderão se cadastrar e colaborar com as metas para os próximos 10 anos. Após este processo, vamos consolidar as colaborações e definir a versão final que será publicada em dezembro.

Contamos com vocês. Muito obrigada.